

SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Autarquia Municipal criada pela Lei 2.220, de 27 de agosto de 1973

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA DE BELO HORIZONTE E A ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL, PAPELÃO E MATERIAL REAPROVEITÁVEL - ASMARE

A **SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA DE BELO HORIZONTE**, Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 2.220 de 27 de agosto de 1973, alterada pela Lei nº. 9.011 de 01 de janeiro de 2005 e pelo Decreto nº. 11.926 de 21 de janeiro de 2005, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.673.998/0001-25, com Inscrição Estadual de nº. 062.173.487.0051, sediada na Rua Tenente Garro, nº. 118, nesta Capital, representada neste ato por seu Superintendente em exercício, Rodrigo Fortes de Magalhães Drummond, portador do documento de identidade MG nº 6074396 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 030.890.726-45, doravante denominada **SLU**, e a **ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL, PAPELÃO E MATERIAL REAPROVEITÁVEL - ASMARE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **38.743.035/0001-93**, com sede na Av. do Contorno, nº 10.555, bairro Barro Preto, nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, doravante denominada **ASSOCIAÇÃO**, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Maria das Graças Marçal, portadora do documento de identidade nº MG- 567231, inscrito no CPF sob o nº 002310688-70, resolvem firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, com fulcro no **artigo 24, inciso XXVII, da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993**, e suas posteriores alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os Termos de Cooperação entre a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte e as Associações e de Catadores de Materiais Recicláveis encontram abrigo na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em seu artigo 151, inciso VII, que estabelece que "a coleta e comercialização dos materiais recicláveis serão feitas preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho"; na Lei nº. 11.445/2007, que estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico; na Lei nº. 18.031/2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos; na Lei nº. 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos e na Lei nº 10.534/12, que dispõe sobre Limpeza Urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município e dá outras providências.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento, a consolidação da experiência de política pública que visa promover a coleta seletiva aliada ao reaproveitamento de materiais, economia de matéria-prima, água e energia, e inclusão social com a geração de renda e preservação ambiental por meio da reciclagem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho, o qual acompanha o presente termo, passará a ser parte integrante deste instrumento, podendo ser alterado no decorrer de sua execução sempre que se fizer necessário, desde que as partes estejam de comum acordo e que o objeto do presente Termo de Cooperação não seja modificado.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETIVO ESPECÍFICO

Consolidar a parceria com a ASSOCIAÇÃO e estabelecer as atribuições dos partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

As partes se obrigam a praticar todos os atos necessários para que os fins do presente instrumento sejam alcançados, ficando estabelecidas, nesta cláusula, suas respectivas obrigações:

1- Compete à SLU:

1.1 - Planejar a coleta dos materiais recicláveis, dimensionando e disponibilizando os recursos humanos e materiais necessários para a sua execução;

1.2 – Destinar ao galpão de processamento os materiais recicláveis estabelecidos no Plano de Trabalho, nos dias, horários e periodicidade em conformidade com o seu planejamento;

1.3 – Coletar e destinar adequadamente os rejeitos provenientes da triagem dos materiais, de acordo com o seu planejamento;

1.4 – Realizar o monitoramento dos dados de produção e rendimentos da ASSOCIAÇÃO, para subsidiar os parâmetros de planejamento da coleta dos materiais recicláveis e de investimentos da SLU;

1.5 – Desenvolver estratégias de mobilização social e campanhas educativas que divulguem o Programa Municipal de Coleta Seletiva, em parceria com a ASSOCIAÇÃO;

1.6 – Buscar parcerias, conjuntamente com a ASSOCIAÇÃO, para a realização de capacitações técnicas para os cooperados;

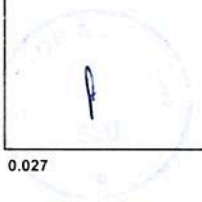
1.7 – Encaminhar, em caso de impossibilidade justificada de recebimento, os recicláveis a outros parceiros do Programa Municipal de Coleta Seletiva, ou destiná-los de forma ambientalmente adequada;

1.8 – Cumprir as obrigações específicas contidas no Plano de Trabalho.

2 – Compete a ASSOCIAÇÃO:

2.1 – Cumprir fielmente o disposto no Plano de Trabalho;

2.2 – Receber os materiais recicláveis encaminhados conforme Plano de Trabalho, nos dias e horários definidos pela SLU, não podendo recusar o recebimento, salvo em caso devidamente justificado por escrito, tendo em vista os transtornos ocasionados pela recusa;



SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Autarquia Municipal criada pela Lei 2.220, de 27 de agosto de 1973

- 2.3 – Garantir o funcionamento diário do galpão, de segunda a sexta-feira no horário de 08 às 18 horas e sábados de 08 às 16 horas, assegurando o acesso adequado e célere dos caminhões da SLU ao local de descarregamento dos materiais recicláveis;
- 2.4 – Priorizar o processamento dos materiais recicláveis encaminhados, conforme a legislação ambiental aplicável;
- 2.5 – Encarregar-se de encaminhar para a SLU os rejeitos provenientes da triagem dos materiais, os quais deverão ser devidamente acondicionados;
- 2.6 – Responder, exclusivamente, por eventuais encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, contribuições, seguros e indenizações da ASSOCIAÇÃO e de seus Cooperados;
- 2.7 - Desenvolver estratégias de mobilização social e campanhas educativas que divulguem o Programa Municipal de Coleta Seletiva, em parceria com a SLU;
- 2.8 - Buscar parcerias, conjuntamente com a SLU, para realização de capacitações técnicas para os cooperados;
- 2.9 - Manter atualizada toda a documentação da ASSOCIAÇÃO, notadamente de natureza jurídica, econômica e fiscal, assim como no que diz respeito ao seu Estatuto Social, enviando a SLU cópia autenticada sempre que houver qualquer alteração em sua documentação;
- 2.10 - Fornecer, às suas expensas, os EPI impostos pela legislação aos cooperados, realizando treinamento e fiscalização quanto à correta e efetiva utilização dos equipamentos, com o fim de assegurar a segurança e integridade física de seus cooperados;
- 2.11 - Zelar pela manutenção, conservação e limpeza das instalações físicas do galpão, mantendo-o em boas condições de uso, responsabilizando-se, inclusive, pela integridade e manutenção dos equipamentos e mobiliários nele instalados, sendo estes de propriedade da SLU/Município de Belo Horizonte e, na hipótese de extravio ou danos, indenizará a SLU em moeda corrente, cujo valor deverá ser calculado de acordo com o valor de mercado dos bens;
- 2.12 - Utilizar de forma adequada os espaços do galpão, conforme sua destinação original, sempre se atentando para as condições sanitárias, de higiene e segurança exigidas pelas legislações pertinentes;
- 2.13 – Não utilizar o espaço físico do galpão para fins que não sejam o processamento de materiais recicláveis;
- 2.14 - Realizar a conservação da área interna e externa do galpão, especialmente no que diz respeito à limpeza geral; a limpeza rotineira das canaletas de águas pluviais; a organização interna visando o livre trânsito e a desobstrução dos acessos aos extintores de incêndio e ao desentupimento rotineiro das tubulações de esgotos e águas servidas, inclusive limpeza das caixas de passagem e de gordura.
- 2.15 - Realizar a manutenção da área interna e externa do galpão, especialmente no que diz respeito à troca de lâmpadas; aos reparos de descargas e torneiras; a manutenção e



SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Autarquia Municipal criada pela Lei 2.220, de 27 de agosto de 1973

troca de chuveiros; a troca de vidros quebrados; aos reparos das portas e janelas; a pintura e a manutenção do Quadro de Distribuição de Cargas - QDC.

2.16 - Providenciar, quando solicitado pela SLU, boxes no galpão para amostragem dos materiais recicláveis coletados.

2.17 – Responsabilizar, quando for o caso, pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos cedidos pela SLU, conforme estabelecido no Termo de Permissão de Uso, sendo que na hipótese de extravio ou danos, indenizará a SLU em moeda corrente, cujo valor deverá ser calculado de acordo com o valor de mercado dos bens;

2.18 – Adequar a logística de trabalho a infraestrutura de processamento, triagem, prensagem e estocagem, cumprindo todas as normas e legislações pertinentes a segurança do trabalho e combate a incêndio;

2.19 – Preencher a planilha de controle de dados elaborada pela SLU, com descrição dos tipos e quantidades de resíduos e encaminhar mensalmente até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao DP-PRE;

2.20 – Sujeitar-se ao acompanhamento e fiscalização da SLU em relação às atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto do presente instrumento, conforme disposto na Cláusula Sexta;

2.21 - Apresentar balanços anuais assinados por Tesoureiro, Conselho Fiscal, Presidente da Associação, e Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;

2.22 – Não aceitar, na condição de cooperados, menores de 18 anos ou permitir a permanência dos mesmos nos locais de realização das atividades da ASSOCIAÇÃO, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988;

CLÁUSULA QUINTA – DA NECESSIDADE DE COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTÍCIPE

Todas as informações, dados e experiências obtidas com a execução do objeto do presente instrumento servirão de base para a melhoria da qualidade do Programa Municipal de Coleta Seletiva, aliada a possibilidade de desenvolvimento e criação de outros projetos de trabalho conjunto a ser realizado entre a SLU e ASSOCIAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para melhor aproveitamento do objeto do presente instrumento, a SLU e ASSOCIAÇÃO, poderão realizar atividades em conjunto, tais como reuniões e fóruns de discussão; cursos, seminários e oficinas, assim como visitas programadas ao galpão destinado ao recebimento dos materiais recicláveis e/ou divulgação institucional do trabalho realizado pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

É facultado o acompanhamento e fiscalização da SLU em relação à ASSOCIAÇÃO na execução do objeto do presente instrumento, sendo tais atos destinados a:



SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Autarquia Municipal criada pela Lei 2.220, de 27 de agosto de 1973

1- Análise da compatibilidade do Plano de Trabalho firmado com as atividades desenvolvidas pela ASSOCIAÇÃO no cumprimento deste instrumento, como forma de garantir a integral e adequada execução do mesmo;

2- Acompanhamento de natureza técnica, com o fim de orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pela ASSOCIAÇÃO no que diz respeito à execução do objeto do presente instrumento;

3- Realização de vistorias no galpão destinado ao recebimento dos materiais recicláveis, sendo permitido a SLU averiguar o adequado funcionamento e conservação de todas as instalações, assim como dos eventuais equipamentos cedidos mediante Termo de Permissão de Uso.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1- Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes;

2- Eventual cessão de equipamentos pela SLU para a ASSOCIAÇÃO deverá ser firmada mediante assinatura de Termo de Permissão de Uso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

1 – O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo;

2 – O presente instrumento poderá ser alterado, nos limites autorizados pela legislação, em quaisquer de suas cláusulas, mediante acordo entre as partes, através de celebração de Termo Aditivo. Não havendo acordo a respeito de alterações, será resolvido o Termo;

3– O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante aviso formal e por escrito da parte interessada, desde que realizado no prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;

3.1– O presente instrumento poderá ser rescindido em caso de descumprimento das obrigações acordadas;

PARAGRAFO PRIMEIRO: No caso de existirem pendências, as partes devem indicar, através de Termo de Encerramento deste instrumento, as obrigações pela conclusão dos trabalhos em curso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A tolerância, por qualquer das partes, em relação ao eventual descumprimento das obrigações assumidas no presente termo, constitui mera liberalidade, não possuindo o condão de ensejar novação, modificação, renúncia ou perda do direito de exigir o adequado cumprimento da obrigação inadimplida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão do presente instrumento a ASSOCIAÇÃO se compromete a entregar em perfeita condições de conservação e uso, conforme respectiva destinação original, o galpão e eventuais equipamentos concedidos pela SLU, mediante Termo de Permissão de Uso, para a consecução do objeto deste



SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Autorizada Municipal criada pela Lei 2.220, de 27 de agosto de 1973

instrumento, sendo que na hipótese de extravio ou danos, indenizará a SLU em moeda corrente, cujo valor deverá ser calculado de acordo com o valor de mercado dos bens;

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo, respeitada a legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

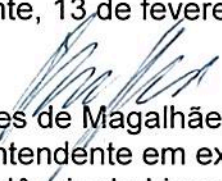
A publicação do extrato do presente convênio no “Diário Oficial do Município” correrá por conta e ônus da SLU.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e conveniados, de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas, os partícipes assinam o Termo de Cooperação em três vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2014.


Rodrigo Fortes de Magalhães Drummond
Superintendente em exercício
Superintendência de Limpeza Urbana


Maria das Graças Marçal
Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL, PAPELÃO E MATERIAL
REAPROVEITÁVEL - ASMARE



SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Autarquia Municipal criada pela Lei 2.220, de 27 de agosto de 1973

PLANO DE TRABALHO

1.0 - DADOS CADASTRAIS DOS PARTICÍPEIS

1.1- Órgão/Entidade Partícipe: Superintendência de Limpeza Urbana.	
1.1.1 – Denominação: SLU	
1.1.2 – CNPJ/MF: 16.673.998/0001-25	
1.1.3 – Inscrição Estadual: 062.173.487.0051	
1.1.4 – Endereço: Rua Tenente Garro 118 /8º andar	Bairro: Santa Efigênia
1.1.5- Telefone: 3277-9333	CEP: 30240-360
1.1.6 – Nome do Responsável: Rodrigo Fortes de Magalhães Drummond CPF: 030.890.726-45	
1.1.7 – CI/ Órgão Expedidor: 6074396 SSP/MG	
1.1.8 – Cargo: Superintendente de Limpeza Urbana	
1.2- Órgão / Entidade Partícipe: ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL, PAPELÃO E MATERIAL REAPROVEITÁVEL - ASMARE	
1.2.1 – CNPJ: 38.743.035/0001-93	
1.2.2 – Nome do Responsável: Maria das Graças Marçal CPF: 002310688-70	

2.0 - DESCRIÇÃO DO PLANO

2.1 – Justificativa: A parceria entre a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte e a ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL, PAPELÃO E MATERIAL REAPROVEITÁVEL - ASMARE encontra abrigo na Lei orgânica do Município de Belo Horizonte, em seu artigo 151, inciso VII, que estabelece que "a coleta e a comercialização de materiais recicláveis serão feitas preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho", na Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos; na Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico; na Lei nº 12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e na Lei nº 10.534/12, que dispõe sobre Limpeza Urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município e dá outras providências.
2.2 – Objetivo Geral: Consolidar experiência de política pública que visa promover a coleta seletiva aliada ao reaproveitamento de materiais, economia de matéria-prima, economia de água e energia, inclusão social com a geração de renda e preservação ambiental por meio da reciclagem.
2.3 – Período de Execução: 12 meses
2.4 – Do objetivo específico: Consolidar a parceria com a ASSOCIAÇÃO e estabelecer as atribuições dos partícipes
2.5 – Público Alvo: Integrantes da ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL, PAPELÃO E MATERIAL REAPROVEITÁVEL - ASMARE
2.6 – Metas: 1. - Consolidar o fluxo de informação do processo produtivo da ASSOCIAÇÃO por 12 meses



SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Autarquia Municipal criada pela Lei 2.220, de 27 de agosto de 1973

3.0 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	MESES											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejar a coleta dos materiais recicláveis, dimensionando e disponibilizando os recursos humanos necessários para a sua execução	SLU/ DP.PRE												
Destinar, cerca de 80 ton/mês, ao galpão de processamento da ASSOCIAÇÃO os materiais recicláveis estabelecidos no Plano de Trabalho, nos dias, horários e periodicidade em conformidade com o seu planejamento	SLU/ DV.COS												
Coletar e destinar adequadamente os rejeitos provenientes da triagem dos materiais	SLU/ DV.COS												
Realizar o monitoramento dos dados de produção, e rendimentos da Coopesol-Leste, para subsidiar os parâmetros de planejamento da coleta e de investimentos da SLU	SLU/ DP.PRE, DV.COS e/ou DP.PSM												
Desenvolver estratégias de mobilização social e campanhas educativas que divulguem o Programa Municipal de Coleta Seletiva	SLU e COOPESOL LESTE												
Buscar parcerias para realização de capacitações técnicas para os cooperados	SLU e ASMARE												
Encaminhar, em caso de impossibilidade justificada de recebimento, os recicláveis a outros parceiros do Programa Municipal de Coleta Seletiva, ou destiná-los de forma ambientalmente adequada	SLU												
Receber os materiais recicláveis encaminhados conforme Plano de trabalho, nos dias e horários definidos pela SLU, não podendo recusar o recebimento, salvo em caso devidamente justificado por escrito, tendo em vista os transtornos ocasionados pela recusa	ASMARE												
Garantir o funcionamento diário do galpão, de segunda à sexta-feira no horário de 08 as 18 horas e sábados de 08 as 16 horas	ASMARE												
Priorizar o processamento dos materiais recicláveis encaminhados conforme a legislação ambiental aplicável	ASMARE												



Autarvula Municipal Council File No. 2-2208 dated 27/06/2024

0.027

~~Autarquia Municipal criada pela Lei 2.220 de 21 de agosto de 1973~~

10